ESTADO DE MINAS

Publicado em 24/04/2023 - 05:55

Passagem de ônibus já custa R$6 em BH

Câmara se organiza para suspender aumento, alvo também de ação popular e protestos. Em outra frente, presidente da Casa e prefeito agendam reunião e devem discutir subsídios

Passagem já custa R$ 6; só não se sabe até quando

ÍGOR PASSARINI

FOTOS: GLADYSTON RODRIGUES/EM/DA PRESS

Ônibus já circularam ontem com tarifas 33,3% mais caras: prefeitura condiciona queda à aprovação de projeto de lei que prevê subsídios às empresas

A Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) inicia hoje um novo capítulo pela suspensão do aumento de 33,3% nas passagens de ônibus da capital mineira, um dia depois de a tarifa de R$ 6 entrar em vigor. Um projeto de resolução (PR) que susta os efeitos do decreto da prefeitura obteve as 14 assinaturas necessárias e vai ser registrado nesta manhã. Além disso, uma ação popular impetrada por outros dois parlamentares com o mesmo objetivo também aguarda decisão em primeira instância no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A entrada em vigor do aumento provocou insatisfação de passageiros e comerciantes ontem.

Segundo o presidente da Câmara, vereador Gabriel Azevedo (sem partido), assim que o PR for protocolado inicia-se a contagem de cinco dias de prazo regimental para formar uma comissão especial, que vai produzir um parecer para ser votado em plenário. A medida precisa de 21 votos para aprovação e eventual suspensão do aumento.

Azevedo tem, inclusive, um compromisso marcado com o prefeito Fuad Noman (PSD), depois de embates e desencontros ao longo das últimas semanas. Eles vão se reunir a portas fechadas na sede da prefeitura, no Centro de Belo Horizonte. Apesar da agenda do Executivo mostrar que o encontro será realizado hoje às 18h30, o vereador confirmou que o mesmo deve ocorrer apenas amanhã, às 15h.

O principal assunto da conversa entre os chefes dos poderes deve ser o Projeto de Lei (PL) 538/2023 proposto pela prefeitura e que prevê um novo subsídio para as empresas de ônibus da capital mineira, no valor de R$ 476 milhões. Isto porque a Câmara acusa Fuad de tentar pressionar os parlamentares com o aumento das passagens, já que o Executivo afirmou, em nota, que a tarifa vai permanecer a R$ 6 até que os vereadores apreciem o PL.

Por outro lado, Azevedo defende que sejam exigidas contrapartidas para as empresas que venham a receber o subsídio. As propostas incluem a tarifa zero para moradores de vilas e favelas, o passe livre estudantil integral, passe livre para pessoas com deficiência, sistema de integração entre transporte e serviços de saúde, e auxílio transporte para pessoas em vulnerabilidade social.

Além do presidente da Casa, também apoiam o PR os vereadores Bráulio Lara (Novo), César Gordin (Solidariedade), Cida Falabella (Psol) , Ciro Pereira (PTB), Cleiton Xavier (PMN), Henrique Braga (PSDB), Irlan Melo (Patriota), Iza Lourença (Psol), Jorge Santos (Republicanos), Loíde Gonçalves (Podemos), Marcela Trópia (Novo), Ramon Bibiano (PSD) e Sérgio Fernando (PL).

Já os vereadores petistas Pedro Patrus e Bruno Pedralva, que decidiram não assinar o projeto de resolução, protocolaram uma ação popular para impedir o aumento da tarifa, mas não tiveram sucesso antes dela entrar em vigor porque o juiz plantonista neste último final de semana alegou que o pedido "não se encontra no arquétipo de matérias analisadas em sede de plantão forense". Eles explicaram, em nota, por que decidiram ir por um caminho diferente dos colegas que também são contrários à decisão de Fuad.

"Não há impeditivos legais para a ação do prefeito. Derrubar o decreto via projeto de resolução pode criar um precedente perigoso para a cidade, na medida em que os poderes acabam se atrapalhando mutuamente. Essa jogada não reverte em benefício algum para a população", declarou a assessoria dos parlamentares.

MANIFESTAÇÃO O movimento Tarifa Zero marcou o primeiro protesto contra o aumento das passagens de ônibus para amanhã, às 18h, na Praça Sete, no Centro da capital. Conforme adiantado pela deputada federal Duda Salabert (PDT) ao **Estado de Minas**, o ato de terça deve unificar as organizações e movimentos que se opõem ao reajuste, e as manifestações podem seguir por toda a semana. Além disso, uma agenda de atos está sendo discutida para protestar contra as tarifas.

ANTIGO SUBSÍDIO Em 31 de março encerrou-se o subsídio emergencial de R$ 237,5 milhões concedido para as empresas que fazem o transporte público de Belo Horizonte. Para compensar o fim do auxílio, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH) encaminhou um pedido de reajuste do valor da passagem de R$ 4,50 para R$ 6,90. A proposta foi criticada por Fuad.

"É um absurdo o que eles fizeram, chegar e dizer que dia 1º a passagem iria para R$ 6,90. Quem aumenta a passagem é a prefeitura. Disseram que vão entrar na justiça, podem entrar, é direito deles. A prefeitura vai fazer o trabalho pensando na população. Eu não vou dar um aumento de 53% em hipótese nenhuma", declarou.

Desde o fim do subsídio, Azevedo ameaçou romper o contrato com as empresas, apresentou relatórios e interpelou Fuad judicialmente. Segundo o parlamentar, o Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG) entregou um documento no qual afirma que o prefeito tem total capacidade de, a qualquer tempo, anular o acordo com as concessionárias do transporte público. O presidente da Câmara ressaltou que o subsídio emergencial foi concedido em 2022 para que a prefeitura pudesse mudar o contrato e reformular a tarifa, mas que nada foi feito nesse sentido.

Passageiros e empresários reclamam

GLADYSTON RODRIGUES E MARIANA COSTA

Estudante, Lívia se preocupa com o custo de sua passagem para os pais: "R$ 12 todos os dias"

Ricardo Soares reclama dos ônibus: "Demoramos muito para ir de um lugar para outro"

Gerente de loja de roupas, Daniele Almeida vê risco de demissões devido à alta de custo

Leandro Nunes com a esposa, Valéria, e a filha, Nicole: passeio dominical pesou no bolso

O primeiro dia de passagem de ônibus mais cara em Belo Horizonte foi marcado por reclamações de passageiros e de comerciantes no Centro da capital. A tarifa principal do transporte coletivo passou de R$ 4,50 para R$ 6 ontem. Passageiros consideram o aumento de 33,3% alto demais e apontam problemas no serviço, com veículos lotados e longa espera nos pontos, enquanto empresários falam em impacto nos custos, que pode ameaçar até os empregos.

As estudantes Lívia Moreira, de 16 anos, e Lívia Rafichy, de 17, reclamam do aumento e consideram absurdo "pagar R$ 12 para estudar todos os dias". Elas estão preocupadas com o custo de transporte a ser pago pelos pais. "Estamos tentando uma vaga de Jovem Aprendiz, mas está bem difícil", desabafa uma delas.

Lívia Rafichy, mora no Bairro Ouro Minas, Região Nordeste da capital, onde também estuda. Mas, como faz curso no Centro, precisa se deslocar nos dias de semana. "Os ônibus estão sempre lotados, a gente vai em pé", reclama. Lívia Moreira, é moradora de Santa Luzia, na Grande BH, estuda no Centro e diz que não tem outra alternativa. "Não posso vir de lá a pé." As duas dizem que pretendem participar de manifestação contra o aumento, marcada para esta semana.

O auxiliar de loja Ricardo Soares, de 22, é outro que reclama da nova tarifa. Ele mora no Bairro Santa Mônica, trabalha no Centro e pega duas conduções diariamente. "Acho esquisito esse aumento. Pegamos ônibus lotados, demoramos muito para ir de um lugar para outro", critica.

O coordenador de campo Leandro Nunes, de 37, e a esposa Valéria Soares, manicure, também de 37, resolveram aproveitar o domingo para passear com os filhos Pedro e Nicole. A diversão em família, porém, ficou mais cara. Eles moram no Bairro Vista do Sol, Região Nordeste da capital e estavam a caminho da Feira Hippie e do Parque Municipal. Só de passagem, o casal desembolsaria R$ 36. "Não vamos gastar menos de R$ 150 hoje (ontem). Já impacta bastante no orçamento", diz Nunes.

Ele acredita que, com o aumento da passagem, pode ser mais vantajoso para a família usar o serviço de transporte por aplicativo. "A passagem, além de ser cara, não condiz com a condição dos ônibus, que é precária. Ficamos, às vezes, 40 minutos, uma hora esperando uma condução", explica.

A cuidadora Camila Rodrigues, de 28, q ue esperava o ônibus na saída do trabalho ontem, vê o aumento como abusivo. "A passagem aumenta, mas a gente não tem qualidade e conforto nos ônibus. Acho um preço abusivo. Algumas pessoas pegam mais de um ônibus e, às vezes, o dia de trabalho delas nem vai compensar, pelo valor que vão pagar de passagem." Ela mora no Bairro São Gabriel, Região Nordeste, e trabalha no Bairro de Lourdes, Região Centro-Sul de BH e conta que já faz uma parte do trajeto a pé, para evitar pegar mais de um ônibus. "Agora, com esse aumento, é que vou continuar fazendo isso mesmo. Vou fazer uma boa caminhada', brinca.

O reajuste virou dor de cabeça também para empresários, que já vislumbram a necessidade de repassar a alta para o consumidor e fazer cortes, o que pode incluir demissão de funcionários. O empresário Celso Andrade, de 60, é dono de três lanchonetes no Centro. Ele emprega 30 funcionários e afirma que terá que reajustar o preço de seus produtos e até reduzir o número de funcionários. "Vai afetar muito. Já não estamos dando conta de arcar com as despesas."

A realidade é parecida em uma loja de roupas, também no Hipercentro. A gerente Daniele Almeida, de 28, afirma que o aumento afeta os custos. "E, automaticamente, é preciso cortar. Esse corte, geralmente, começa pelos funcionários", diz. Segundo Daniela, a maioria dos sete funcionários da loja usa dois transportes para ir ao trabalho. Também usuária do transporte coletivo, ela diz que, para o aumento ser válido, os passageiros deveriam ter mais conforto e segurança. Ela reclama de assédios nos veículos lotados. "E chove mais dentro do ônibus do que fora."

PESO NA RENDA O economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis (Ipead) Eduardo Antunes afirma que o impacto do aumento é enorme, principalmente para famílias de baixa renda. Ele explica que a tarifa de ônibus é o item mais importante na cesta que compõe o Índice de Preços ao Consumidor Restrito (IPCR), que mede a inflação para famílias com renda de um a cinco salários mínimos. "Só o ônibus representa 7% de todo o gasto das famílias de baixa renda".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Pagina:** 9

Copyright © Clipclap 2025.